



PARTE H

AMCAL — ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL

Aviso n.º 10908/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público por motivo de aposentação, com efeitos a partir de 1 de junho do corrente ano, com o seguinte trabalhador:

João Manuel Ferreira Arvanas — assistente operacional, 2.ª posição remuneratória e nível 2

16 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Manuel Luís da Rosa Narra*.

308096123

MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

Aviso (extrato) n.º 10909/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou, por motivos de aposentação, a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado do trabalhador a seguir identificado:

Fernando Manuel Lourenço — carreira/categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 7 e nível remuneratório 7, correspondente a €789,54 (setecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e quatro centavos) da tabela remuneratória única, com efeitos a 01 de junho de 2014.

10 de setembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Osvaldo dos Santos Gonçalves*.

308087019

Aviso n.º 10910/2014

Abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

1 — Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de aprovação do órgão deliberativo em sessão de 27 de junho de 2014, mediante proposta do órgão executivo aprovada em reunião realizada no dia 11 de junho de 2014, tomadas em cumprimento do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e em conformidade com os meus despachos de 20 de agosto de 2014, se encontram abertos procedimentos concursais comuns com caráter excecional, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento dos postos de trabalho Ref.ªs A, B e C, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município aprovado para o ano de 2014, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para os seguintes postos de trabalho:

Referência A — Um Técnico Superior (Engenharia Florestal);

Referência B — Um Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos de Pessoas/Crianças);

Referência C — Um Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais);

2 — Na sequência do acordo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em 8 de julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA), nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, pelo que esta Autarquia não efetuou a referida consulta.

Não existe no órgão reserva de recrutamento constituída que permita satisfazer as características dos postos de trabalho a ocupar e que relativamente à consulta efetuada à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do artigo 4.º da

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril verifica-se, segundo informação prestada pelo INA, que “não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de quaisquer candidatos com o perfil adequado”.

3 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro;

4 — Prazo de validade: o presente procedimento concursal é válido para os postos de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

5 — Local de Trabalho: O local de trabalho situa-se na área do Concelho de Alcoutim.

6 — Identificação e caracterização dos postos de trabalho a ocupar:

Referência A — Desempenho das funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao qual corresponde o grau 3 de complexidade funcional, na carreira e categoria de Técnico Superior, competindo-lhe ainda coordenar o serviço na área florestal integrado no Gabinete de Proteção Civil, tendo em conta os objetivos definidos na regulamentação em vigor, prestando apoio ao Presidente da Câmara na elaboração e implementação do Plano de Defesa da Floresta, participando nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município e nas questões de proteção civil;

Referência B — Desempenho das funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao qual corresponde o grau 1 de complexidade funcional, na carreira e categoria de Assistente Operacional, competindo-lhe ainda assegurar o transporte de crianças/alunos dos estabelecimentos de ensino do concelho de Alcoutim, bem como outro tipo de transporte de pessoas e bens. Efetuar serviços em que seja preciso motorista, sempre que se torne necessário;

Referência C — Desempenho das funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao qual corresponde o grau 1 de complexidade funcional, na carreira e categoria de Assistente Operacional, competindo-lhe ainda a condução de máquinas pesadas de movimentação de terras ou guias ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobrando sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas, zelar pela conservação e manutenção das viaturas, comunicação de ocorrências anormais detetadas nas viaturas e condução de outras viaturas ligeiras ou pesadas;

7 — Remuneração: O posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados, numa das posições remuneratórias da categoria, será objeto de negociação com a entidade empregadora pública, de acordo com as regras constantes no artigo 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, sendo que para a Referência A, a posição remuneratória de referência é a 2.ª, nível 15, da carreira Técnica Superior, a que corresponde o valor de 1201,48€, da Tabela Salarial Única e para as Referências B e C é a 1.ª, nível 1, da carreira de Assistente Operacional, a que corresponde o valor de 485,00€, da Tabela Salarial Única.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Requisitos gerais: Os previstos no artigo 17.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

8.2 — Outros requisitos: Os recrutamentos iniciam-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP); Tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e a economia de custos

que devem presidir a atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, conforme deliberação do órgão deliberativo tomada em sessão de 27 de junho de 2014, mediante proposta do órgão executivo aprovada em reunião de 11 de junho de 2014, foi autorizado o recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecida, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 30.º, e alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), e n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados em carreira, sejam titulares de categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicitam estes procedimentos.

9 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro poderão ser opositores aos procedimentos concursais pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, os quais em caso de igualdade de classificação têm preferência, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

10 — Habilitações literárias exigidas:

Referência A — Licenciaturas em Engenharia Florestal e ou Engenharia Agroflorestal;

Referência B — Escolaridade obrigatória e Carta de condução para as categorias B (automóveis ligeiros) e D (automóveis pesados de passageiros), com pelo menos dois anos; Certificado de motorista para o transporte coletivo de crianças, de acordo com a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, e certificado de aptidão para motorista (CAM), previsto no Decreto-Lei n.º 126/2009, de 27 de maio;

Referência C — Escolaridade obrigatória e carta de condução para as categorias B (automóveis ligeiros), D (automóveis pesados de passageiros) e C (veículos pesados), com pelo menos dois anos, e certificado de aptidão para motorista (CAM), previsto no Decreto-Lei n.º 126/2009, de 27 de maio;

11 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas num prazo de 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura disponível no Serviço de Gestão de Recursos Humanos e no site oficial do Município (www.cm-alcoutim.pt), podendo serem entregues pessoalmente no Serviço de Gestão de Recursos Humanos, ou remetidas através de correio registado com aviso de receção, para a Câmara Municipal (Serviço de Gestão de Recursos Humanos), Rua do Município, n.º 12, 8970-052 Alcoutim, expedidas até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, identificando o procedimento concursal, através do número do aviso do *Diário da República* ou número do código de oferta na Bolsa de Emprego Público.

11.1 — A apresentação da candidatura, deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias;

b) Fotocópia legível da carta de condução para as categorias B (automóveis ligeiros) e D (automóveis pesados de passageiros); Fotocópia legível do Certificado de motorista para o transporte coletivo de crianças, de acordo com a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, e fotocópia legível do certificado de aptidão para motorista (CAM), previsto no Decreto-Lei n.º 126/2009, de 27 de maio — Referência B; Fotocópia legível da carta de condução para as categorias B (automóveis ligeiros), D (automóveis pesados de passageiros) e C (veículos pesados) e fotocópias legíveis do certificado de aptidão para motorista (CAM), previsto no Decreto-Lei n.º 126/2009, de 27 de maio — Referência C.

c) Sendo candidato já vinculado, deverá apresentar ainda: Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de que é titular, a categoria, a posição remuneratória correspondente à posição que auferir nessa data, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas; Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado e as últimas 3 menções de avaliação de desempenho.

d) Currículo profissional devidamente documentado e assinado do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri do procedimento concursal se devidamente comprovadas, nomeadamente através de fotocópia dos

documentos comprovativos da frequência de ações de formação e da experiência profissional.

e) Fotocópia do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão.

11.2 — Na falta de apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 8.1 do presente aviso, os candidatos devem declarar no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos, bem como aos demais factos constantes na candidatura.

11.3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 03 de março, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar nos processos de seleção.

11.4 — Os candidatos que exerçam funções no Município de Alcoutim, ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos, desde que se encontrem arquivados no seu processo individual, devendo para tanto declará-lo no requerimento.

11.5 — Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio eletrónico.

11.6 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11.7 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — Métodos de seleção — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, com a redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, serão aplicados os seguintes métodos de seleção obrigatórios: Prova de conhecimentos, avaliação psicológica, avaliação curricular, entrevista de avaliação de competências, bem como um método de seleção facultativo, a entrevista profissional de seleção, consoante o universo/situação dos candidatos aos concursos (para todas as referências).

12.1 — A todos os candidatos será aplicado o método de seleção facultativo, Entrevista Profissional de Seleção.

12.2 — Prova de Conhecimentos (PC) — de natureza teórica, forma oral com a duração de 50 minutos (Referência A); teórico-prática, sendo a parte teórica de natureza oral, com a duração global de 60 minutos (Ref.ªs B e C), visando avaliar os conhecimentos académicos e profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício da função. A prova será valorada na escala de 0 a 20 valores, e versará sobre temas da legislação a seguir indicada, a qual poderá ser objeto de consulta (unicamente em suporte de papel) durante a realização da prova, desde que não anotada e versará sobre as matérias constantes dos seguintes programas de provas:

Referência A

Tema 1 — Conhecimentos Gerais:

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Código do Trabalho — Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; Regime Jurídico das Autarquias Locais e Regime Jurídico da Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais, aprovados no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Código do Procedimento Administrativo: Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 265/91, de 31 de dezembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-A/92, de 29 de fevereiro; com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e pela Lei n.º 30/2008, de 10 de julho;

Tema 2 — Conhecimentos Específicos:

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro que altera o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;

Decreto-Lei n.º 109/2009 de 15 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade.

Decreto-Lei n.º 133/2007 de 26 de janeiro, que estabelece a normalização das infraestruturas florestais de apoio à prevenção e combate aos incêndios (pontos de água).

Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Guia Técnico. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (abril de 2012)

Flora e vegetação: Barrocal algarvio: Portimão — Tavira. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Gomes, C., & Ferreira, R. (2005).

Requalificação e Limpeza de Linhas de Água. Instituto da Água, I. P. (2001).

Avaliação de Risco de Incêndio — Método e Cálculo. Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa. Lemos, A. M., & Neves, I. C. (2003), Lisboa, Portugal.

Referência B — Prova teórica (40 minutos)

Inspecções e verificações diárias à viatura/equipamento;

Código da Estrada — Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, última alteração, Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro;

Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, alterada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de julho e pela Lei n.º 5/2013 de 22 de janeiro (Transporte coletivo de crianças);

Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 90/2002, de 11 de abril (estabelece o regime jurídico da atividade de transporte rodoviário de passageiros por meio de veículos com mais de nove lugares);

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Código do trabalho — Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;

Prova Prática (20 minutos)

Consiste na execução de tarefas inerentes à condução de um veículo pesado de passageiros por forma a serem avaliados os seguintes fatores: Segurança, manobras, ponto de embraiagem e estacionamento.

Referência C — Prova Teórica (40 minutos)

Inspecções e verificações diárias à viatura/equipamento;

Legislação aplicável à condução de veículos em estrada e ao transporte de mercadorias;

Código da Estrada — Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, última alteração, Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro;

Procedimentos genéricos de segurança no trabalho: condução, acondicionamento de cargas;

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Código do trabalho — Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;

Prova Prática (20 minutos)

Consiste na execução de tarefas inerentes à condução e operação de veículo pesado e de conjunto industrial, por forma a serem avaliados os seguintes fatores: Segurança, manobras, ponto de embraiagem e estacionamento.

12.3 — A Avaliação Psicológica (AP): Visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

12.4 — A Avaliação Curricular (AC): Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

12.5 — A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): Visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

12.6 — A Entrevista Profissional de Seleção (EPS): Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal.

12.7 — Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, sendo excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

12.8 — A classificação e ordenação final dos candidatos que completam o procedimento, resultarão da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, a qual será

expressa numa escala de 0 a 20 valores, e efetuada com as seguintes fórmulas:

a) Para os candidatos que efetuem Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Entrevista Profissional de Seleção:

$$CF = PC (45 \%) + AP (25 \%) + EPS (30 \%)$$

b) Para os candidatos que efetuem Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profissional de Seleção:

$$CF = AC (45 \%) + AEC (25 \%) + EPS (30 \%)$$

em que:

CF = Classificação final

PC = Prova de conhecimentos

AP = Avaliação psicológica

AC = Avaliação curricular

AEC = Entrevista de avaliação de competências

EPS = Entrevista profissional de seleção

13 — Em situações de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

14 — A publicação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Alcoutim e disponibilizada no site oficial do Município. Os candidatos aprovados em cada método são convocados para realização do método seguinte através de uma das formas previstas no n.º 3, do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

15 — Nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro na sua atual redação, a ata do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar e o sistema de valoração final, são facultadas aos candidatos sempre que solicitados, por escrito, ao Presidente do Júri do procedimento concursal.

16 — Após homologação, a lista unitária da ordenação final dos candidatos, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações do Município de Alcoutim e disponibilizada no site oficial do Município.

17 — Composição do júri do concurso — Os júris destes procedimentos foram designados por despachos do Sr. Presidente da Câmara de 20 de agosto de 2014 (todas as referências), e têm a seguinte composição:

Referência A:

Presidente — José Epifânio Martins da Graça, Chefe de Gabinete;

1.º Vogal Efetivo — Henrique Siu Fang Hou, Chefe de Divisão;

2.º Vogal Efetivo — Jorge Filipe Maria da Palma, Técnico Superior;

1.º Vogal Suplente — Paulo de Jesus Fernandes Pereira, Técnico Superior;

2.º Vogal Suplente — Maria Alexandra Marques Cavaco; Secretária

Referência B:

Presidente — Henrique Siu Fang Hou, Chefe de Divisão

1.º Vogal Efetivo — Arnaldo Lourenço Martins Mestre, Encarregado Operacional;

2.º Vogal Efetivo — José Gonçalves Fatal, Encarregado Operacional;

1.º Vogal Suplente — Francisco Emídio, Encarregado Operacional;

2.º Vogal Suplente — João Carlos da Silva Simões, Adjunto;

Referência C:

Presidente — Henrique Siu Fang Hou, Chefe de Divisão;

1.º Vogal Efetivo — Arnaldo Lourenço Martins Mestre, Encarregado Operacional;

2.º Vogal Efetivo — Francisco Emídio, Encarregado Operacional;

1.º Vogal Suplente — José Gonçalves Fatal, Encarregado Operacional;

2.º Vogal Suplente — João Carlos da Silva Simões, Adjunto;

Os Presidentes dos júris serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos 1.ºs vogais efetivos.

18 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, no site oficial do município de Alcoutim (www.cm-alcoutim.pt) e por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens

e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

16 de setembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Oswaldo dos Santos Gonçalves*.

308099786

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Aviso n.º 10911/2014

Cessação de relação jurídica

Em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 289.º, n.º 1, alínea a), conjugado com o disposto na alínea c) do artigo 291.º e no artigo 292.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou, por motivo de aposentação por invalidez, a relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, o trabalhador João Manuel Ventura Fernandes Oliveira, assistente operacional, na posição remuneratória entre 2.ª e 3.ª, nível remuneratório entre 2 e 3, com efeitos, inclusive, em 1 de outubro de 2014.

18 de setembro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Pedro Miguel César Ribeiro*.

308110079

MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 10912/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meus despachos de 29 de agosto de 2014, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, aplicável à Administração Local nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto torna-se público que, findos os procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia do 2.º grau, Chefes de Divisão, do Grupo de pessoal dirigente do mapa de pessoal da Câmara Municipal do Barreiro, nomeei, em Comissão de Serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, as Técnicas Superiores Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares e Maria de Lurdes Cardoso Rodrigues Lopes, como Chefe de Divisão de Intervenção Social e Educação, e Chefe de Divisão de Promoção Cultural, respetivamente.

As escolhas efetuadas nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/1, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30/8, aplicável à Administração Local nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, recaiu nestas Técnicas, por serem as candidatas que melhor correspondem aos perfis definidos para prosseguir as atribuições e objetivos dos cargos.

As presentes nomeações produzem efeitos a 2 de setembro de 2014.

Anexa-se notas relativas aos currículos académicos e profissionais dos nomeados.

28 de agosto de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Humberto de Carvalho*.

ANEXOS

Nota Curricular, elaborada nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atualizada

Nome: Isabel Margarida Rocio Crespo Nobre Soares

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 22 de janeiro de 1970

Formação Académica: Licenciatura em Gestão e Administração Pública, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação pela Universidade de Évora;

Formação Profissional Relevante:

Pós-graduada em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Participação nas Jornadas de Trabalho sobre o Serviço Educativo e Educação Escolar, organizado pela C. M. Trofa, março de 2005;

«Interoperabilidade semântica da administração: metainformação para gestão e acesso», setembro de 2007;

Ação de formação «Igualdade de Género», junho de 2013;

Participação no II Seminário Internacional de Emprego Apoiado: Por uma política de emprego apoiado no Brasil, como oradora convidada com o tema «O emprego apoiado e a política municipal», novembro de 2013;

Participação no seminário «Conhecer e Preservar: para uma nova dimensão da cultura europeia no panorama digital» setembro de 2007;

Experiência Profissional:

Desde janeiro de 2014, Chefe de Divisão de Intervenção Social e Educação em regime de substituição;

De maio de 2012 a dezembro de 2013, Exerceu o cargo de Chefe de Divisão de Arquivo, Bibliotecas e Educação;

De julho de 2011 a maio de 2012, exerceu o cargo de Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo;

De 2000 a 2011, Coordenadora do Gabinete de Arquivo e Gestão Documental;

De outubro de 1996 a 2001, Chefe de Repartição da Secretaria Central.

Nota Curricular, elaborada nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão atualizada

Nome: Maria de Lurdes Cardoso Rodrigues Lopes

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 15 de maio de 1973

Formação Académica: Licenciatura em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Formação Profissional Relevante:

Pós-graduada em Gestão e políticas Culturais no Departamento de Economia Política, Fazenda Pública e Direito Financeiro e Tributário da Universidade de Barcelona.

Encontro de Reflexão Estratégica da Artemrede — Future Search, abril de 2014;

Congresso «Trabalho e Movimento Operário» no Auditório Municipal Augusto Cabrita, novembro de 2013;

Curso «Creative Solutions» pela Artemrede/Setepés, maio 2013;

V Seminário Anual SOS Azulejo, dezembro 2012;

Participação no «4.º Congresso Europeu do Turismo Industrial — Advancing knowledge to improve the territorial development» novembro 2012;

Curso «Comunicação Moderna para as Autarquias Locais» outubro 2012;

Encontro «Do Património Mundial ao Património Local — Proteger e gerir a mudança no Museu de Etnologia», abril 2012.

Experiência Profissional:

Chefe de Divisão de Promoção Cultural na Câmara Municipal do Barreiro desde 1 de janeiro de 2014, responsável pelas áreas do Arquivo, Associativismo, Audiovisuais, Cultura, Biblioteca, Desporto e Património;

De 2007 a 2013 Chefe de Divisão de Cultura e Património Histórico e Museológico da Câmara Municipal do Barreiro;

De 1996 a 2006 coordenação-adjunta da videoteca da Câmara Municipal de Lisboa, onde programou, fez a curadoria e divulgou festivais e mostras de vídeo e cinema, exposições, instalações, conferências e debates.

308107893

Aviso (extrato) n.º 10913/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 1 de setembro de 2014, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, aplicável à administração local nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, torna-se público que, findo o procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão, do grupo de pessoal dirigente do mapa de pessoal da Câmara Municipal do Barreiro, nomeei, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a técnica superior Rogélia Maria Moraes Cardoso Tavares da Costa como chefe de divisão do Projeto Municipal de Participação, Democracia, Cidadania e Comunicação.

A escolha, efetuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, aplicável à administração local nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, recaiu nesta técnica, por ser a candidata que melhor corresponde ao perfil definido para prosseguir as atribuições e objetivos do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a 8 de setembro de 2014.

Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

1 de setembro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Humberto de Carvalho*.